



Pesquisa CNI/Ibope mostra que rejeição a Temer é perene: 87% desaprova

Nesta quinta-feira (5), o Ibope divulgou nova pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que mostra que as investidas do governo para tentar sair do fundo do poço da rejeição com a intervenção militar no Rio de Janeiro não surtiram efeito e os brasileiros continuam a avaliar o governo negativamente.

De acordo com o Ibope, 72% avaliam o governo Temer como ruim/péssimo. 21% como regular. A apenas 5% como ótimo/bom e 2% não sabe/não respondeu.

Na última pesquisa do Ibope, feita em dezembro, 74% o consideravam "ruim/péssimo"; 19%, "regular"; e 6% avaliavam como "bom/ótimo". Ou seja, a rejeição de Temer continua dentro da margem de erro que é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

O levantamento foi realizado entre os dias 22 e 25 de março, dias depois da decretação da inter-

venção, mas antes da deflagração pela Polícia Federal da Operação Skala, que prendeu aliados de Temer. A pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios.

A pesquisa ainda revela que 87% desaprovam a maneira de Temer governar e apenas 9%. Outros 4% não souberam ou não responderam. No levantamento divulgado em dezembro, 9% aprovavam e 88% desaprovavam.

Quando a pesquisa é por área, 84% desaprovam as medidas de Temer na segurança pública, que se tornou o foco de ação do governo para tentar vitaminar uma suposta pré-candidatura de Temer. O governo criou um ministério e decretou a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, mas entre os entrevistados, apenas 14% aprovam as ações na área.

O levantamento mostrou ainda que a intervenção não impactou na avaliação do governo.

O assunto foi apenas a terceira notícia mais lembrada pelos entrevistados, com 4% de menções, mesmo percentual dos que citaram a Operação Lava Jato, que ficou na segunda posição. "Praticamente não houve impacto da intervenção no RJ na avaliação do governo", disse o gerente executivo de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca.

A notícia mais associada à gestão Temer é a corrupção. O tema foi citado por 10% dos entrevistados.

Quando a área avaliada é a saúde, 87% desaprovam e 12% aprovam. Educação segue a mesma avaliação, com 80% de desaprovção e 18 de aprovação.

Quando o tema é mercado de trabalho, os índices de reprovação também não são diferentes: 85% reprovam a política de combate ao desemprego de Temer.



Um país desarmado

Por Paulo Nogueira Batista jr. (Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países)

Posso confessar, leitor(a), que tenho tido enorme dificuldade de escrever? Hoje, estou a ponto de desistir. Não quero parecer cabotino, mas a razão principal é a situação do Brasil. Apesar de ter vivido grande parte da minha vida no exterior, tenho uma ligação com o País que é, acredito, mais forte do que a da maioria dos brasileiros. Escrevi “apesar” e já fico um pouco em dúvida. Todo “apesar” esconde um “porquê”, dizia Fernando Pessoa. Seja como for, o fato é que viver em outros países nunca me afastou do nosso.

De todos os povos que conheci mais de perto, o brasileiro é o menos patriótico, o menos nacionalista – e essa falta de apego ao País nos tem atrapalhado muito. Desde que me entendo por gente, isso sempre foi assim. O brasileiro só se lembrava de ser brasileiro durante a Copa do Mundo (agora talvez nem isso...).

A esse dado psicológico estrutural, acrescentaram-se nos anos recentes muitos fenômenos que configuram verdadeiro adoecimento e desagregação da sociedade brasileira e de suas instituições. Nunca o Brasil me causou tanta preocupação – angústia seria palavra melhor. Nunca vi nosso país tão dividido, fragilizado e vulnerável à ação de interesses estrangeiros.

Bem sei que esse adoecimento transcende as fronteiras nacionais. Basta ver o que acontece nos Estados Unidos, na Europa, no Oriente Médio e em outras regiões. Mas isso não serve de consolo. Ao contrário, o brasileiro precisa se dar conta de que a situação interna-

cional é perigosa, talvez como nunca, e que isso pode nos afetar de várias maneiras e colocar em risco a própria segurança nacional.

Não vamos nos enganar. O Brasil é um país desarmado. E um país indefeso se expõe a riscos graves, especialmente se tem vasto território e imensas riquezas e recursos naturais. Ninguém vai nos defender. As mais solenes garantias internacionais não são confiáveis, muitas delas não valem o papel em que foram escritas.

O caso da Ucrânia merece ser lembrado. Em 1991, quando esse país se tornou independente na esteira da desintegração da União Soviética, existia um pequeno problema: no território ucraniano se localizava grande parte do arsenal nuclear soviético. As lideranças do novo país foram levadas a abrir mão desse arsenal em troca de tratado com os Estados Unidos, o Reino Unido e a Rússia que garantia a integridade territorial da Ucrânia. Quando a Rússia tomou a Crimeia em 2014, de que valeram esses tratados?

Nada disso é novidade. Rui Barbosa alertava que uma nação que confia em seus direitos em vez de confiar em seus soldados, prepara a própria derrocada. Mas os nossos soldados, o que fazem? Em vez de preparados permanentemente para a missão sagrada de garantir a segurança nacional, estão revistando mochilas de crianças nas favelas do Rio de Janeiro.

Merecem registro também palavras recentes do general Sérgio Etchegoyen, ministro da Segurança Institucional, por ocasião dos 20 anos da adesão do Brasil ao Tratado

de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). A adesão ocorreu em 1998 sob o governo Fernando Henrique Cardoso. Etchegoyen foi convidado a participar de uma mesa de debates na Fundação FHC. Na presença do ex-presidente, o general foi claro e incisivo. Disse verdades que nós, brasileiros, temos em ignorar.

Da perspectiva militar, lembrou o general, o armamento nuclear pode representar a única possibilidade que resta a uma nação ameaçada por invasão do seu território. Mencionou as guerras do Iraque de 1991 e 2003: “O esforço de concentração do aparato militar da aliança que invadiu o Iraque jamais teria sido possível se aquele país dispusesse de armas nucleares de pequena capacidade” (Valor Econômico, 7 de março de 2018, pág. A6). Lição, diga-se de passagem, que não escapou a vários países.

Na avaliação de Etchegoyen, a adesão ao TNP em 1998 coincidiu com um período de grande desinvestimento do Brasil na área nuclear. O tratado faz referência ao “direito inalienável” dos países de desenvolver a energia nuclear para fins pacíficos. Esse direito ficou na teoria, porém, pois vem sendo “negado, restringido, bloqueado por diversas ações diretas e indiretas e pressões internacionais”, observou.

O quadro é realmente lamentável. O que ganhamos com a adesão ao TNP, perguntou o general, além de fotografia na galeria dos bem-comportados? A imprensa não registrou resposta por parte de Fernando Henrique Cardoso.